PORTARIA Nº 200/2010-PGE-G., DE 16 DE ABRIL DE 2009

PRORROGAR até 30.06.2010, os efeitos da portaria 226/09-PGE.G., de 30.04.09, publicada no DOE nº 31.411 de 05.05.09.

IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA

Procurador Geral do Estado

PORTARIA Nº 201/2010-PGE.G., DE 20 DE ABRIL DE 2010

HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório, dos servidores abaixo relacionados, considerando-os aptos para exercer o cargo, com conceito obtido de acordo com seu respectivo processo:

Nome	Matrícula	Cargo	Processo	Conceito
Ana Margarida Vianna Rodrigues	5761689/3	Téc em Procuradoria-Biblioteconomia	494/08	Bom
Edilene Lisboa Martins	57191403/1	Auxiliar de Procuradoria	942/08	Bom
Luciano Junior das Mercês Rocha	55589401/ 1	Assistente de Procuradoria	954/08	Excelente
Maria Clara de Azevedo Fonseca	57191389/ 1	Téc em Procuradoria-Assistente Social	064/09	Excelente
Marília Dione Salvador Shibayama	57188112/ 1	Téc em Procuradoria-Biblioteconomia	623/09	Bom

IBRAIM JOSÉ DAS MERCÊS ROCHA

Procurador Geral do Estado

AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALÁCIO DO GOVERNO

CONVÊNIO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 94785

CONVÊNIO: 63/2010

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DIDÁTICOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "INCENTIVO A ESLOCA COMUNITARIA".

Valor Total: 60.000,00

Assinatura: 20/04/2010

Vigência: 20/04/2010 a 30/12/2010

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso

08244124549040000 335043 0101000000 Estadual

Partes:

Beneficiário ente Privado: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TERRA FIRME

Endereço: Psg D Manoel, 22

CEP. 66077200 - Belém/PA

Complemento: AV. CELSO MALCHER

Concedente: AÇÃO SOCIAL INTEGRADA DO PALACIO DO GOVERNO

Ordenador: JOSUE NAUAR DE ARAUJO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

PORTARIA Nº 197/10 DP-G BELÉM, 20/04/10.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 94725

Transferir por motivo de superior interesse público, as férias da Defensora Pública **MARCIA REGINA BELEM PEREIRA**, matrícula nº 5038553, concedido pela Portaria nº 320/09 de 26/03/10/09, referente ao período aquisitivo 2007/2008 para serem gozadas em 03/05/10 a 01/06/10.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

ANTONIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO

Defensor Público Geral

PORTARIA Nº 198/10 DP-G EM, 20/04/10

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 94716

Designar a servidora **KARINY RABELO GONÇALVES**, matrícula nº 57225452, Secretária de Núcleo Metropolitano, lotada no Centro de Estudos para desenvolver suas atividades na Entrância Especial, a contar de 01 de abril de 2010, até ulterior deliberação.

RESOLUÇÃO/CSDP Nº 054, DE 19 DE ABRIL DE 2010.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 94656

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art.11 da LCE nº 054/2006 e pela LCF nº 080/2004, reformada

pela LCF nº 132/2009.

Considerando o que dispõe o art. 12 da LCE nº 054/2006 c/c os arts. 103, 104, §§ 1º e 2º da LCF nº 080/2004, com a redação dada pela LCF nº 132/2009.

RESOLVE:

Art. 1º A indicação do Defensor Público a ser nomeado pelo Defensor Público-Geral, para exercer o cargo de Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, recairá dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, a ser escolhido pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 2º O Conselho Superior da Defensoria Pública publicará dando ciência da eleição e de seus requisitos, fixando o prazo para a inscrição dos interessados.

§ 1º A inscrição do interessado se fará mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente do Conselho Superior, registrado no Protocolo Geral da Defensoria Pública.

§2º No ato da inscrição, o requerimento será instruído com os seguintes Documentos:

I - Certidão de que não esteja afastado de suas funções institucionais nos dois anos anteriores à data da eleição, expedida pela Corregedoria Geral da Defensoria Pública;
II- Certidão de Regularidade dos serviços afetos a seu cargo expedida pela Corregedoria Geral da Defensoria Pública;
III- Certidão de que não tenha sofrido penalidade disciplinar nos doze meses anteriores à inscrição da candidatura, bem como não esteja respondendo processo administrativo disciplinar, expedida pela Corregedoria-geral da Defensoria Pública;
IV- Certidão de Negativa de condenação criminal;
V- Curriculum do Candidato.

Art. 3º O Membro do Conselho Superior que se inscrever para concorrer ao cargo de Corregedor-Geral deverá se licenciar do seu mandato, voltando a exercê-lo se não for eleito.

Art.4º Encerradas as inscrições, o Secretário Executivo do Conselho Superior, verificará os requerimentos dos interessados e se os requisitos da Resolução foram cumpridos, encaminhando a lista dos inscritos ao Presidente do Conselho Superior, em 48 (quarenta e oito) horas.

Art.5º Em caso de indeferimento de inscrição, o interessado poderá em única e última instância, interpor pedido de reconsideração ao Conselho Superior, no prazo de dois dias, contados da publicação da relação das inscrições deferidas.

§1º O pedido de reconsideração deverá ser apreciado pelo Conselho Superior em Sessão Extraordinária, convocada exclusivamente para esse fim.

§2º O pedido de reconsideração será relatado pelo Conselheiro a quem coube a distribuição do processo, seguindo-se a discussão e votação, sem possibilidade de pedido de vista pelos demais Conselheiros.

Art.6º A eleição será realizada na primeira sessão ordinária que se seguir ao término do período de inscrições, ou extraordinariamente no caso de exigüidade de tempo compatível ao término do mandato do Corregedor antecessor.

Art.7º Para a escolha do indicado, cada Conselheiro votará em apenas 01 (um) nome.

Art.8º O registro da votação será feito na medida em que os Conselheiros declararem seus votos.

Art.9º A composição da Lista, obedecerá à ordem dos mais votados.

Art.10. Em caso de empate observar-se-á os seguintes critérios para o desempate:

I- mais antigo no cargo de Defensor Público;

II- maior tempo no serviço público estadual;

III- maior tempo no serviço público;

IV- o mais idoso.

Art.11. Os incidentes verificados durante o processo de votação e apuração serão resolvidos pelo voto da maioria dos Conselheiros.

Art.12. O Conselho Superior encaminhará a Lista Tríplice ao Defensor Público Geral do Estado, no primeiro dia útil subsequente a realização da Sessão.

Parágrafo único - Caso o Defensor Público-Geral não efetive a nomeação do Corregedor Geral da Defensoria Pública nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao recebimento da Lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o Defensor Público mais votado para exercício do mandato.

Art.13. No caso de licença ou impedimento do Corregedor-Geral assumirá interinamente o cargo, por ato do Defensor Público Geral, um dos Defensores Públicos integrantes da classe mais elevada da Carreira.

Art.14. No caso de renúncia do Corregedor-Geral, o Presidente do Conselho Superior deflagrará novo processo de escolha no prazo de 15 (quinze) dias, observado o procedimento estabelecido nesta Resolução.

Art.15. O Corregedor-Geral poderá ser destituído antes do término do mandato, por proposta do Defensor Público-Geral, pelo voto de 2/3 dos Membros do Conselho Superior, assegurada ampla defesa.

Art.16. A proposta de destituição do Corregedor-Geral será feita por escrito e motivadamente pelo Defensor Público-Geral ao Conselho Superior, a quem caberá, se o caso, instaurar

procedimento administrativo e designar comissão composta por três Defensores Públicos para realizá-lo.

Art.17. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Art.18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala de Reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos

dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dez.

ANTONIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO

Presidente do Conselho

Conselheiro Nato

PAULO CESAR MARTINS DE ARAUJO BONA

Conselheiro Nato

FLORISBELA MARIA CANTAL MACHADO

Conselheira

NAZARÉ GONÇALVES DOS SANTOS

Conselheira

ALIRA CRISTINA FERNANDES DE MENEZES

Conselheira

TANIA DO SOCORRO BANDEIRA DE SOUZA

Conselheira

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 94617

Termo Aditivo: 2

Data de Assinatura: 20/03/2010

Valor: 19.276,53

Vigência: 21/03/2010 a 20/04/2010

Justificativa: Referente à prorrogação do prazo contratual e o aumento do valor para R\$ 136.654,14 (cento e trinta e seis mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos)

Contrato: 39/2009

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso

03091127861180000 449039 0101000000 Estadual

Contratado: Clássica Construtora LTDA

Endereço: Tv D Romualdo de Seixas, Bairro: Umarizal, 913

CEP. 66050-110 - Belém/PA

Ordenador: ANTONIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 94583

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 20/11/2009

Valor: 17.898,00

Vigência: 22/11/2009 a 21/12/2009

Justificativa: Referente à alteração no prazo contratual para mais 30 (trinta) dias e o aumento no valor global para R\$ 92.790,50 (noventa e dois mil e setecentos e noventa reais e cinquenta centavos)

Contrato: 31/2009

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso

03091127861220000 449039 0101000000 Estadual

Contratado: Pacheco e Lima Engenharia LTDA

Endereço: Tv Chaco, Bairro: Pedreira, 266

CEP. 66083-180 - Belém/PA

Ordenador: ANTONIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 94584

Termo Aditivo: 1

Data de Assinatura: 20/11/2009

Valor: 17.898,00

Vigência: 22/11/2009 a 21/12/2009

Justificativa: Referente à alteração no prazo contratual para mais 30 (trinta) dias e o aumento no valor global para R\$ 92.790,50 (noventa e dois mil e setecentos e noventa reais e cinquenta centavos)

Contrato: 31/2009

Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso

03091127861220000 449039 0101000000 Estadual

Contratado: Pacheco e Lima Engenharia LTDA

Endereço: Tv Chaco, Bairro: Pedreira, 266

CEP. 66083-180 - Belém/PA

Ordenador: ANTONIO ROBERTO FIGUEIREDO CARDOSO

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 94930

PORTARIA: 5626/10

Objetivo: realizar visita técnica (precussão) no que diz respeito à verificação do local de atendimento, contato com Cartório, articulação com a Defensoria Pública local, visita técnica ao Fórum Municipal e ao Ministério Público entre outros, além de dar apoio aos Defensores Públicos que irão desenvolver atividade jurídica nos referidos municípios

Fundamento Legal: Lei nº 5810/94 e o Decreto Estadual nº 734/92

Origem: BELÉM/PA - BRASIL